

CPMI VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
REQUERIMENTOS APRECIADOS NA 25ª REUNIÃO, REALZADA EM 21.08.2012

Item	Número	Ementa	Autor	Observação
1.	656/12	Requer se ja convoc ado o Represe ntante do Ministério Público da 2ª Vara Criminal da Comarca de Sum aré/SP, Dr. Gaspar Pereira da Silva, para prestar esclarecimentos s obre o Pr ocesso-crime 604.01.2006.010997-5/000.	Deputada Aline Corrêa	APROVADO
2.	657/12	Requer a rea lização de Diligência da Comissão em São Felix do Araguaia, no Estado do Mato Grosso.	Deputada Marina Sant'Anna	APROVADO
3.	658/12	Requer a rea lização de Diligência da Comissão em Luziânia, V alparaíso, Pl analtina de Goi ás e San to Antônio d o Descoberto, n o Estado de Goiás; e, ao Instituto Médico Legal - IML, Juizado Especial da Cinelândia e ao Cen tro de Refer ência da Rodoferroviária, no Distrito Federal.	Deputada Marina Sant'Anna	APROVADO
4.	659/12	Requer a rea lização de Diligência da Comissão em Goiânia, no Estado de Goiás.	Deputada Marina Sant'Anna	APROVADO
5.	660/12	Requer à Sec retaria de Planejamento do Estado do Amapá informaç ões de talhadas do orçamento Estadual de stinado p ara o E nfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
6.	661/12	Requer à Sec retaria de Planejamento do Estado do Amazonas i nformações de talhadas d o orça mento Estadual de stinado p ara o E nfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
7.	662/12	Requer à Sec retaria de Planejamento do Estado do Acre infor mações de talhadas do orçamento Estadual de stinado p ara o E nfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
8.	663/12	Requer ao Pr ocurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo a remessa dos autos d o processo referente à acusação de crime de estupr o cometido pelo Dep utado Estadu al Gildevan Alve s Fernandes contra a Senhora Débora Cardoso.	Senadora Ana Rita	APROVADO
9.	664/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás i nformações de talhadas d o orçamento Estadual de stinado p ara o E nfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
10.	665/12	Requer à Sec retaria de Planejamento do Estado do Espírito S anto i nformações det alhadas do orçamento Estadual destinado pa ra o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
11.	666/12	Requer à Sec retaria de Pl anejamento d o Di strito Federal informaç ões de talhadas do orçamento Estadual de stinado p ara o E nfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
12.	667/12	Requer à Sec retaria de Planejamento do Estado do Ceará i nformações de talhadas d o orçamento Estadual de stinado p ara o E nfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
13.	668/12	Requer à Sec retaria de Planejamento do Estado da Bahia i nformações det alhadas do orçamento Estadual de stinado p ara o E nfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
14.	669/12	Requer à Sec retaria de Planejamento do Estado do Maranhão i nformações de talhadas d o orçamento Estadual de stinado p ara o E nfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO

CPMI VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
REQUERIMENTOS APRECIADOS NA 25ª REUNIÃO, REALZADA EM 21.08.2012

Item	Número	Ementa	Autor	Observação
15.	670/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
16.	671/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
17.	672/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
18.	673/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Pará informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
19.	674/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado da Paraíba informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
20.	675/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
21.	676/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
22.	677/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
23.	678/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
24.	679/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
25.	680/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
26.	681/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
27.	682/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
28.	683/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
29.	684/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO

CPMI VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
REQUERIMENTOS APRECIADOS NA 25ª REUNIÃO, REALZADA EM 21.08.2012

Item	Número	Ementa	Autor	Observação
30.	685/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo informações de talhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
31.	686/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Tocantins informações de talhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
32.	687/12	Requer à Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	Senadora Ana Rita	APROVADO
33.	688/12	Requer à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco informações referentes aos compromissos firmados durante a realização da audiência pública na cidade de Recife, no dia 16 de abril do corrente ano.	Senadora Ana Rita	APROVADO
34.	689/12	Requer à Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco informações a respeito do funcionamento do Centro Integrado de Saúde Amauri de Medeiros – CISAM.	Senadora Ana Rita	APROVADO
35.	690/12	Requer informações ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.	Senadora Ana Rita	APROVADO
36.	691/12	Requer a realização de diligência ao Complexo Portuário de SUAPE no Estado de Pernambuco, para verificar denúncias, apresentadas a esta CPMI durante a Audiência Pública realizada no dia 16/04 do corrente ano na cidade de Recife.	Senadora Ana Rita	APROVADO
37.	692/12	Requer informações à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais, complementares àquelas apresentadas durante a realização da audiência pública na cidade de Belo Horizonte-MG, no dia 27 de abril do corrente ano.	Senadora Ana Rita	APROVADO
38.	693/12	Requer à Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais informações referentes aos compromissos firmados durante a realização da audiência pública na cidade de Belo Horizonte-MG, no dia 27 de abril do corrente ano.	Senadora Ana Rita	APROVADO
39.	694/12	Requer à Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais informações referentes aos compromissos firmados durante a realização da audiência pública na cidade de Belo Horizonte-MG, no dia 27 de abril do corrente ano.	Senadora Ana Rita	APROVADO
40.	695/12	Requer ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais informações sobre a criação de nova Vara de Violência Doméstica naquela Capital, bem como no tocante aos Funcionários a ela destinados e equipe multiprofissional.	Senadora Ana Rita	APROVADO
41.	696/12	Requer a realização de oitiva da Dra. Flávia Batista Rocha, juíza responsável pelo processo referente ao caso de estupro coletivo ocorrido em 12 de fevereiro de 2012, no município de Queimadas, Estado da Paraíba, para prestar esclarecimentos perante este Colegiado sobre a tramitação do processo.	Senadora Ana Rita	APROVADO

CPMI VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
REQUERIMENTOS APRECIADOS NA 25ª REUNIÃO, REALZADA EM 21.08.2012

Item	Número	Ementa	Autor	Observação
42.	697/12	Requer a realização de oitiva da Dr. a. Cassandra Maria Duarte, delegada responsável pelas investigações do caso de estupro coletivo ocorrido em 12 de fevereiro de 2012, no município de Queimadas, Estado da Paraíba, para prestar esclarecimentos perante este Colegiado sobre as investigações efetuadas.	Senadora Ana Rita	APROVADO
43.	698/12	Requer sejam convidados para audiência pública representantes da Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar Anteprojeto de Código Penal - CJCEP, constituída pelo Senado Federal.	Deputada Jô Moraes	APROVADO
44.	699/12	Requer seja aprovado Grupo de Trabalho da CPMI para a formulação do Fundo Orçamentário para o Enfrentamento da Violência contra a Mulher.	Deputada Jô Moraes	APROVADO
45.	700/12	Requer a convocação do Sr. Eder Pontes da Silva, Procurador Geral de Justiça do Espírito Santo para prestar esclarecimentos a respeito da demora no oferecimento da denúncia referente à acusação de Crime de Estupro cometido pelo Deputado Estadual do Espírito Santo, Gildevan Alves Fernandes contra a Senhora Débora Cardoso.	Senadora Ana Rita, Deputada Keiko Ota e Deputada Jô Moraes	APROVADO
46.	701/12	Requer a convocação do Sr. Josemar Moreira, Subprocurador Geral de Justiça do Espírito Santo para prestar esclarecimentos a respeito da demora no oferecimento da denúncia referente à acusação de Crime de Estupro cometido pelo Deputado Estadual do Espírito Santo, Gildevan Alves Fernandes contra a Senhora Débora Cardoso.	Senadora Ana Rita, Deputada Keiko Ota e Deputada Jô Moraes	APROVADO
47.	702/12	Requer a realização de diligência ao município de Queimadas, Estado da Paraíba, no dia 13 de setembro de 2012, para colher informações in loco sobre o caso do estupro coletivo ocorrido em 12 de fevereiro de 2012 e para verificar as condições de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social e da unidade de Saúde da Família, equipamentos do município que devem atender às mulheres em situação de violência.	Senadora Ana Rita	APROVADO
48.	703/12	Requer a realização de oitiva da Dr. Márcio Teixeira, promotor de justiça responsável pelo caso de estupro coletivo ocorrido em 12 de fevereiro de 2012, no município de Queimadas, Estado da Paraíba, para prestar esclarecimentos perante este Colegiado sobre o caso.	Deputada Jô Moraes	APROVADO
49.	704/12	Requer ao Governador do Estado de Alagoas informações e cópias relativas ao Programa Brasil Mais Seguro.	Senadora Ana Rita	APROVADO



**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DESTINADA A
INVESTIGAR OS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.**

APROVADO EM 20 10 7 12

REQUERIMENTO Nº /2012.

(Da Sra. Aline Corrêa)

Yô Moraes

Requer que seja convocado a comparecer a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que visa coibir os crimes contra a violência doméstica contra a mulher, o Representante do Ministério Público da 2ª Vara Criminal da Comarca de Sumaré-SP o Dr. GASPAR PEREIRA DA SILVA JUNIOR.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos Regimentais, artigo 36, I, RICD, ouvido o plenário desta douta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que seja convocado a comparecer perante este órgão técnico e investigativo o **Representante do Ministério Público Dr. GASPAR PEREIRA DA SILVA JUNIOR**, que atua na 2ª Vara Criminal de Sumaré-SP, para que preste os esclarecimentos necessários para a elucidação dos fatos acerca do crime praticado no dia 23/05/2006, pelo **acusado: LUCIANO MARQUES DOS SANTOS**, tendo como vítima a **Sra. ROSENEIDE ALVES DOS SANTOS**, Processo-Crime Nº 604.01.2006.010997-5/000.

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 05/10/12
AS 13:00 horas.

Felipe Costa
Felipe Costa Geraldes
Técnico Legislativo
Matr. 229.869



A63FC05607



JUSTIFICATIVA

Ao ser realizada no dia 25/06/2012, em Campinas-SP uma Diligência da CPMI da Violência contra a Mulher, sob a minha coordenação, tomou-se conhecimento de um caso de homicídio duplamente qualificado praticado contra a jovem **Roneneide Alves dos Santos**, de 29 anos de idade, por seu marido o **Sr Luciano Marques dos Santos**, que inconformado por não aceitar a separação do casal, acabou por estrangular a esposa com seu próprio cinto de couro.

Passados 6 anos da data do fato, o Processo em curso de Nº **604.01.2006.010997-5/000** ainda não foi julgado, estando em fase de oitivas de testemunhas, mesmo já se tendo feito denúncia ao CNJ e entrando na Meta 2 que determina que seja priorizado para julgamento e nada disso tem acontecido. Sabe-se que a tese da defesa é de inimputabilidade para não ser pronunciado e levado ao Tribunal do Júri e conseqüentemente responsabilizado pelos seus atos, sob alegação de doença mental, juntando nos autos, laudos médicos e psiquiátricos, laudos periciais estes que já foram questionados pelo Juiz da causa, que mandou chamar o presidente do IMESC (órgão oficial paulista encarregado das perícias) sob pena de desobediência.

Tomamos conhecimento inclusive que o pai da vítima: Sr. Francisco Alves dos Santos precisou contratar advogado para atuar como assistente da acusação, na pessoa do Dr. Arlei da Costa, o qual solicitou pedido de reinterrogatório conforme previsto no artigo 196 do Código de Processo Penal para que se possa ter maior certeza dos fatos. Para tanto, solicito a convocação do digno Representante do Ministério Público Sr. Gaspar Pereira da Silva Junior, Promotor na 2ª Vara Criminal de Sumaré-SP, para prestar maiores esclarecimentos sobre o processo em tela e que se dê o devido andamento ao mesmo conforme prevê o Código de Processo Penal.

Sala de Comissões, em de de 2012.


ALINE CORRÊA

Deputada Federal-PP/SP



A63FC05607



Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, "criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN, para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência".

APROVADO EM 21/10/12

João Moraes REI

CPMI – VCM

**Requerimento
Nº 657/12**

Requer a realização de Diligência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, "criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN, para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência", em São Felix do Araguaia, no Estado do Mato Grosso.

Senhora Presidenta,

Requeiro a Vossa Excelência, na forma do Regimento Interno da Casa, a realização de Diligências da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, "criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN, para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência", em São Felix do Araguaia, no Estado do Mato Grosso.

JUSTIFICAÇÃO

A respectiva Diligência tem por objetivo verificar *in locu* à situação infraestrutural, atendimento e resolução dos casos de violência contra a mulher, previstos na Lei Maria da Penha.



De acordo com informações prestadas pelo Instituto Humana Raça Fêmeina – INHURAFÊ, entidade com sede em São Félix do Araguaia, o Mato Grosso é um Estado detentor de significativa extensão territorial, que, como outras unidades federativas, possui diferenças entre as regiões, no tocante ao desenvolvimento e atuação do Estado.

A região nordeste, onde se situa a cidade de São Felix do Araguaia é uma das mais carentes, com frequência é chamada de “Vale dos Esquecidos”. Os 15 municípios que integram a região, a saber: Querência do Norte; Ribeirão Cascalheira; Bom Jesus do Araguaia; Serra Nova Dourada; Novo Santo Antônio; Alto Boa Vista; Canabrava do Norte; Porto Alegre do Norte; Confresa; Vila Rica; Santa Terezinha; Santa Cruz do Xingu; São José do Xingu; Luciara; São Félix do Araguaia, contam aproximadamente com 100 mil habitantes, constituída de migrantes do Sul, Sudeste, Nordeste (os primeiros a chegarem), Centro Oeste e Indígenas.

Funcionam na região, cinco Comarcas: Comarca de Vila Rica; Comarca de Porto Alegre do Norte; Comarca de São Félix do Araguaia; Comarca de Ribeirão Cascalheira e Comarca de Querência e, via de consequência, cinco Promotorias de Justiça.

Em Confresa, foi instalada, em outubro do ano passado, uma Vara da Justiça do Trabalho.

Os municípios contam com a presença da Polícia Militar, mas com número insuficiente para um bom desempenho, além da carência dos equipamentos necessários, principalmente veículos.

As Delegacias da Polícia Judiciária também padecem das mesmas carências.

Em março de 2007, um grupo de mulheres de São Félix do Araguaia, preocupadas com o número de mulheres vítimas da violência doméstica e de outros tipos de violência, criou o Instituto Humana Raça Fêmeina – INHURAFÊ, com o objetivo de trabalhar com as mulheres vítimas de violência.

Recentemente, o assassinato de uma mulher no município de Querência, abalou a comunidade pelos requintes de crueldade do crime que teria sido cometido a mando do marido.



As violências físicas (espancamentos), as ameaças, as psicológicas e as morais são frequentes, mas poucas são as mulheres que denunciam. Em ocorrências assim, a postura da maioria da população ainda é a de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Nos pouquíssimos casos em que a vítima procura a polícia, quando chega em juízo ela não quer dar continuidade ao processo.

Não existe na região nenhuma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (a mais próxima fica em Barra do Garças, distante até, aproximadamente, 800 quilômetros de alguns municípios). Algumas delegacias de polícia reservaram uma sala, que estão chamando de “Sala Rosa” para o atendimento de mulheres, mas o pessoal de atendimento é o mesmo; também não existe Vara Especializada em Violência Doméstica. Resumindo, na região não existe instalação de nenhum dos equipamentos exigidos pela Lei Maria da Penha.

Para agravar a situação, a Defensoria Pública nas Comarcas foi desativada, deixando, não só a população carente desassistida, mas também a mulher vítima da violência doméstica ou de outro tipo de violência, já que na sua grande maioria é de segmento carente de recursos.

Os fatos acima mencionados indicam a necessidade de uma Audiência nesta região, notadamente porque a sua realização possibilitará a presença da população interessada, o que será muito difícil se a Audiência ocorrer somente na capital ou em outra cidade grande.

As diligências deverão ser realizadas pela Deputada Federal Marina Sant'Anna, Secretário da Comissão do Senado Antônio Oscar Guimarães Lossio, Consultora Legislativa do Senado Cleide de Oliveira Lemos, pelos assessores: José de Souza Pennafort Neto, Carmem Campos, Adilson José Barbosa e Valéria Getulio de Brito e Silva, nos seguintes órgãos:

- 1) Delegacia de Polícia de São Felix do Araguaia;
- 2) Ministério Público em São Felix do Araguaia;
- 3) Comarca de Poder Judiciário em São Felix do Araguaia;
- 4) Secretaria de Saúde de São Felix do Araguaia;
- 5) Entidade Instituto Humana Raça Fêmeina - INHURAFÊ, em São Felix do Araguaia;



6) Reunião com representantes de organizações sociais.

Os fatos acima mencionados indicam a necessidade da realização de Diligências em São Felix do Araguaia/MT.

Sala da Comissão, em de agosto de 2012.

mps

Marina Sant'Anna

Deputada Federal - PT/GO

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 20/08/2012
As 14:00 horas.
Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário



Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, “criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN, para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”.

APROVADO EM 21.10.12

João Moraes R

CPMI – VCM

**Requerimento
Nº 658/12**

Requer a realização de Diligências da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, “criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN, para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”, em Luziânia, Valparaíso, Planaltina de Goiás e Santo Antônio do Descoberto, no Estado de Goiás; e, ao Instituto Médico Legal - IML, Juizado Especial da Cinelândia e ao Centro de Referência da Rodoferroviária, no Distrito Federal.

Senhora Presidenta,

Requeiro a Vossa Excelência, na forma do Regimento Interno da Casa, a realização de Diligências da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, “criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN, para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”, em Luziânia, Valparaíso, Planaltina de Goiás e Santo Antônio do Descoberto, no Estado de Goiás; e, Instituto Médico Legal - IML, Juizado Especial da Cinelândia e ao Centro de Referência da Rodoferroviária, no Distrito Federal, em data a ser definida.



JUSTIFICAÇÃO

As respectivas Diligências têm por objetivo verificar *in locu* à situação infraestrutural, atendimento e resolução dos casos de violência contra a mulher, previstos na Lei Maria da Penha.

De acordo com matéria veiculada pelos meios de comunicação nos oito primeiros meses de 2011, pelo menos 40 mulheres foram assassinadas nas cidades ao redor da capital federal. Esse número pode não refletir a realidade vez que nos 17 municípios do Entorno existe apenas uma delegacia especializada em violência contra a mulher, criada por decreto em Luziânia. Em Valparaíso, existe uma seção de Atendimento à Mulher localizada na 1ª DP. Nas demais cidades o atendimento é realizado em instalações precárias dentro da própria delegacia comum.

De acordo com dados veiculados pelo Tribunal de Justiça de Goiás e do Distrito Federal em 2011, em Goiás temos um juizado especializado, que fica na Capital do Estado. E no Distrito Federal conta com quatro.

Para proteção as agressões sofridas, oficialmente o único abrigo no Estado de Goiás está localizado em Goiânia, como também o Distrito Federal conta com um em Brasília.

As diligências deverão ser realizadas, pela Deputada Federal Marina Sant'Anna, Secretário da Comissão do Senado Antônio Oscar Guimarães Lossio, Consultora Legislativa do Senado Cleide de Oliveira Lemos, pelos assessores: José de Souza Pennafort Neto, Carmem Campos, Adilson José Barbosa e Valéria Getulio de Brito e Silva, nos seguintes órgãos:

- Diligência na DEAM de Luziânia/GO
- Seção de Atendimento à Mulher - 1ª DP - Valparaíso/GO
- Santo Antônio do Descoberto - delegacia
- Planaltina de Goiás - delegacia
- Instituto Médico Legal - IML de Formosa/GO
- Juizado Especial da Ceilândia/DF



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Marina Sant'Anna PT/GO

DEPUTADA FEDERAL
marina
Sant'Anna

- Centro de Referência da Rodoferroviária/DF
- Instituto Médico Legal – IML/DF

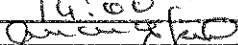
Os fatos acima mencionados indicam a necessidade da realização de Diligências em Brasília e nas cidades do Entorno mencionadas.

Sala da Comissão, em de agosto de 2012.

MPS

Marina Sant'Anna

Deputada Federal – PT/GO

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 20/08/2012
Às 14:00 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário de Comissão

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados – Anexo III – 1º andar, Gab. 279 – Brasília / DF – CEP: 70160-900

Fone: (61) 3215-5279 / Fax: (61) 3215-2279
Escritório do Cerrado: Rua 32, nº 1087, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP: 74.605-350 - Fone: (62) 8159-0957

E-mail: dep.marinasantanna@camara.gov.br / Site: marinasantanna.com



Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, "criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN, para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência".

APROVADO EM 21/08/12

João Carlos

CPMI – VCM 2
Requerimento
Nº 659/12

Requer a realização de Diligência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, "criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN, para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência", em Goiânia, no Estado de Goiás.

Senhora Presidenta,

Requeiro a Vossa Excelência, na forma do Regimento Interno da Casa, a realização de Diligências da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, "criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN, para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência", em Goiânia, no Estado de Goiás.

JUSTIFICAÇÃO

A respectiva Diligência tem por objetivo verificar *in locu* à situação infraestrutural, atendimento e resolução dos casos de violência contra a mulher, previstos na Lei Maria da Penha.



De acordo com matérias divulgadas pelos meios de comunicação, entre janeiro e outubro de 2011 foram registrados 10.434 casos de violência contra a mulher em Goiânia. A DEAM de Goiânia recebe em torno de 1200 denúncias por mês.

Dados veiculados pelo Tribunal de Justiça de Goiás e do Distrito Federal em 2011, em Goiás temos um juizado especializado, que fica na Capital do Estado.

Para proteção as agressões sofridas, oficialmente o único abrigo no Estado de Goiás está localizado em Goiânia.

As diligências deverão ser realizadas pela Deputada Federal Marina Sant'Anna, Secretário da Comissão do Senado Antônio Oscar Guimarães Lossio, Consultora Legislativa do Senado Cleide de Oliveira Lemos, pelos assessores: José de Souza Pennafort Neto, Carmem Campos, Adilson José Barbosa e Valéria Getulio de Brito e Silva, nos seguintes órgãos:


- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM, de Goiânia;
- Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, em Goiânia;
- Centro de Referência de Atendimento à Mulher;
- Instituto Médico Legal - IML, de Goiânia.

Os fatos acima mencionados indicam a necessidade da realização de Diligências em Goiânia.

Sala da Comissão, em de agosto de 2012.


Marina Sant'Anna

Deputada Federal - PT/GO

Secretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 20/08/2012
Às 14h00 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lossio
Secretário de Comissão

RECEBIDO EM 21/08/12

gô

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 660/12

, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012

gô

Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 20/08/2012
As 13:30 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário de Comissão

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 661/12

, DE 2012

APR. 21 08 12

ys

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requero, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Coordenadoria Estadual dos Serviços de Atenção em Defesa dos Direitos da Mulher, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012

Ana Rita
Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito,
Recebido em 21 / 08 / 2012
As 13:30 horas.
Antônio Oscar Guimarães
Antônio Oscar Guimarães 1.º Assis.
Sec.

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 662/12


APROVADO EM 21/10/12


, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado do Acre informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/10/12
As 12:39 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lócio
Sec. II

APROVADO EM 21/08/12

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 663/12

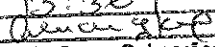
, DE 2012

Com fundamento no Art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, Éder Pontes da Silva, a remessa, no prazo de 7 dias úteis, dos autos do processo referente à acusação de Crime de Estupro cometido pelo Deputado Estadual do Espírito Santo Gildevan Alves Fernandes contra a Senhora Débora Cardoso na fase em que se encontra.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/08/2012
As 13:30 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lásio
Sec.:

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 664/12

, DE 2012

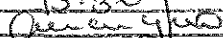
APROVADO EM 21/08/12

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requero, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/08/2012
As 13:30 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lásio
Secretário

APROVADO EM 21/08/12

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 665/12


, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado do Espírito Santo informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Coordenação de Políticas para as Mulheres do Estado do Espírito Santo, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/08/2012
As 13:30 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lásio
Sec

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 666/12

APROVADO EM 21/08/12


, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Distrito Federal informações detalhadas do orçamento Distrital destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Secretaria de Políticas para as Mulheres, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Sussecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/08/12
As 13:30 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário

APROVADO EM 21.08.12

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 667/12

, DE 2012

Yor

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requieiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Coordenadoria de Políticas Públicas para a Mulher, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012

Ana Rita

Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21.08.12
As 13:30 horas.
Antônio Oscar
Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário

APROVADO EM 21 / 08 / 12

CPMI – VCM


Requerimento
Nº 668/12


, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requero, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 2012
Às 13:30 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 669/12

APROVADO EM 21 / 08 / 12

, DE 2012

yo

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Secretaria de Estado da Mulher do Maranhão, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012

ana rita

Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 2012
As 13:39 horas.
Antonio Oscar
Antônio Oscar Guimarães Lóssio

APROVADO EM 21 / 08 / 12

CPMI – VCM


Requerimento
Nº 670/12


, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 2012
Às 13:30 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário

APROVADO EM 21 / 08 / 12

Je

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 671/12 , DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012

ANA RITA

Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 2012
As 13:39 horas.
Antônio Oscar Guimarães Assis
Antônio Oscar Guimarães Assis
Sec

APROVADO EM 21/08/12

got

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 672/12

, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requero, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Superintendência Estadual de Política para as Mulheres, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012

ana

Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/08/2012
As 16:30 horas.
Antonio Oscar Guimarães Lássio
Antônio Oscar Guimarães Lássio
Sec

AP: 21/08/12

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 673/12

, DE 2012


Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requero, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado do Pará informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Coordenadoria Estadual de Promoção de Direitos da Mulher do Pará, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012



Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/08/2012
As 13:39 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário

APROVADO EM 21 / 08 / 12

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 674/12

João
, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requero, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado da Paraíba informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012

Ana Rita
Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 2012
As 13:36 horas.
Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Antônio Oscar Guimarães Lóssio

APROVADO EM 21 / 08 / 12

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 675/12

, DE 2012

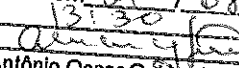
Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012



Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 2012
As 13:30 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóesio
Secretário

APROVADO EM 21 / 08 / 12

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 676/12

, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Diretoria de Unidade de Políticas para as Mulheres, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 12
As _____ horas.

Antônio Oscar Guimarães Lins
Secretário

APROVADO EM 21 / 08 / 12

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 677/12

, DE 2012

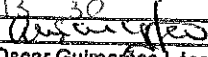
Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado ao organismo responsável pela condução de Políticas Públicas para as Mulheres, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 12
As 3:30 horas.


Antônio Oscar Guimarães Assis
Sec

CPMI – VCM
Requerimento
Nº 678/12

APROVADO EM 21/10/12

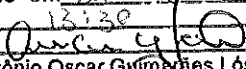
, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requero, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro informações detalhada do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Superintendência de Direitos da Mulher, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/10/12
As 13:30 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio

APROVADO EM 21 108 112

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 679/12

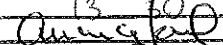
, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio as Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 108 112
Às 13 60 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóesio
Secretário

APROVADO EM 21/08/12

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 680/12

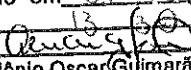
, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado ao organismo responsável pela condução de Políticas Públicas para as Mulheres, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/08/12
As 13 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário

APROVADO EM 21/08/12

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 681/12

, DE 2012

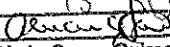
Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado ao organismo responsável pela condução de Políticas Públicas para as Mulheres, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012



Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/08/12
Às 15:00 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário de Apoio às Comissões

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 682/12

APROVADO EM 21 / 08 / 12

, DE 2012

Jo

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Secretaria de Políticas para as Mulheres, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012

Ana Rita
Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 12
As 13:30 horas.
Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário

CPMI – VCM
Requerimento
Nº 683/12

APROVADO EM 21 / 08 / 12


, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Coordenadoria Estadual da Mulher, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 12
As 13:50 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 684/12

APROVADO EM 21 108 112

, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/08/12
As 13 horas.


Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário de Apoio

APROVADO EM 21 / 08 / 12

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 685/12

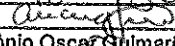
, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Gestão Executiva do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 12
As 13:30 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário

CPMI – VCM
Requerimento
Nº 686/12


APROVADO EM 21 / 08 / 12


, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado de Tocantins informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Diretoria Estadual de Assistência à Mulher, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 12
As 13 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário

APROVADO EM 21 / 08 / 12

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 687/12

, DE 2012

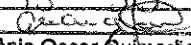
Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro, no prazo de 15 dias, à Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas informações detalhadas do orçamento Estadual destinado para o Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, tanto o destinado de forma transversal como o que será especificamente destinado à Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, presentes no Projeto de Lei Orçamentária para o Próximo ano de 2013, bem como as metas previstas no atual Plano Plurianual.

Sala das Comissões, em

2012



Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 12
As 13:30 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lásio

APROVADO EM 21 / 08 / 12

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 688/12

, DE 2012


Com fundamento no Art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco as seguintes informações referentes à compromissos firmados durante a realização da audiência pública na cidade de Recife, no dia 16 de abril do corrente ano:

1. Quantas delegacias especializadas de atendimento à mulher foram inauguradas desde a realização da audiência pública desta CPMI em Recife-PE ?
2. As DEAMs de Vitória de Santo Antão e de Goiana foram inauguradas? Se positivo, quando foi? Se negativo, qual a previsão?
3. Qual a estrutura de pessoal atual ou prevista para as DEAMs de Vitória de Santo Antão e de Goiana? Houve ou haverá treinamento para o atendimento a mulheres em situação de violência?

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 12
As 13:40 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário da Comissão

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 689/12

APROVADO EM 21 108 112

, DE 2012

Com fundamento no Art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952 e tendo em vista as informações prestadas na audiência pública realizada em 16/04/2012, requeiro à Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco as seguintes informações a respeito do funcionamento do Centro Integrado de Saúde Amauri de Medeiros – CISAM:

1. O Serviço de atendimento ao abortamento legal oferecido pelo já foi normalizado? Em caso negativo, qual a previsão para a normalização do serviço? Em caso afirmativo, desde a retomada do serviço, algum procedimento foi realizado?
2. Qual a estrutura física e de pessoal disponibilizada no CISAM para a realização dos procedimentos de abortamento legal? Para a Secretaria esta estrutura é suficiente?

Justificativa


Na audiência pública realizada no estado de Pernambuco, na cidade de Recife, em 16/04, foi-nos informado que o serviço de abortamento legal do Cisam havia sido interrompido em virtude das reformas que estavam sendo executadas.

Considerando tratar-se de serviço essencial para o exercício dos direitos reprodutivos das mulheres é importante sabermos se o serviço foi normalizado e se as mulheres estão tendo acesso, com a qualidade que anteriormente existia.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 108 112
As 13 30 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário de Comissão

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 690/12

APROVADO EM 21/08/12

Já
, DE 2012

Com fundamento no Art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952 e tendo em vista as informações prestadas na audiência pública realizada em 16/04/2012, requeiro ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco as seguintes informações:

1. Conforme foi informado na audiência pública, seriam instalados mais dois juizados, isto se concretizou? Caso negativo, quais providências estão sendo tomadas e quando serão efetivamente instalados?
2. Qual a estrutura física e de servidores destinada aos novos juizados? Há equipe multidisciplinar?
3. Já foi designada a juíza titular para o 2º Juizado de violência Doméstica em Recife? Quando isso ocorreu?

Justificativa

Na visita da Comissão ao Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, este informou a CPMI que iria criar mais dois juizados, proposta que foi confirmada na audiência pública à tarde, pelo Dr. Carlos Humberto Inojosa Galindo, Juiz Assessor Especial da Presidência/TJPE.


Os Juizados são importantes mecanismos de acesso à justiça para as mulheres e o compromisso do Poder Judiciário do estado de Pernambuco foi uma demonstração de que o Tribunal estava tratando o tema com a seriedade que merece. Por isso, é fundamental para esta CPMI saber se os Juizados Especializados de Violência Doméstica foram instalados, e se contam com magistrado ou magistrada titular, servidores em número adequado e com equipe multidisciplinar, conforme determinam as recomendações do CNJ e da Lei Maria Penha.

Sala das Comissões, em

2012

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/08/12
As 13 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário de Comissão


Senadora ANA RITA
Relatora

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 691/12

, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência ao Complexo Portuário de SUAPE no Estado de Pernambuco, para verificar denúncias, apresentadas a esta CPMI durante a Audiência Pública realizada no dia 16/04 do corrente ano na cidade de Recife, de violência sexual e possível prostituição forçada de mulheres e meninas naquela região.

A diligência tem por objetivo visitar o complexo e verificar *in loco* o que está sendo feito para coibir esta prática.

JUSTIFICATIVA

Durante a audiência pública realizada no estado de Pernambuco, a CPMI recebeu denúncia do movimento de mulheres de, no Complexo do Suape, mulheres estariam sofrendo violência sexual e meninas sendo levadas à prostituição.

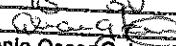
É importante investigar os fatos denunciados e verificar se alguma providência está sendo tomada por parte das autoridades públicas.

A presença do ministério público estadual e federal é considerada fundamental, uma vez que medidas jurídicas podem ser tomadas por essas instituições a fim impedir violação aos direitos das mulheres.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

Secretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares do Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 12
As 13:30 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário de Apoio às Comissões

APROVADO EM 21 / 08 / 12

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 692/12

, DE 2012

Com fundamento no Art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requero à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais as seguintes informações referentes a informações apresentadas durante a realização da audiência pública na cidade de Belo Horizonte-MG, no dia 27 de abril do corrente ano:

1. Já ocorreu a instalação do Centro Integrado de Atendimento à Mulher, envolvendo todos os órgãos inerentes a esse atendimento: Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Defesa Social – Polícia Militar e Civil -, além de todos os órgãos de direitos humanos ligados à SEDESE? Caso não tenha sido instalado, quando o será e qual a estrutura a ser ofertada pelo Poder Executivo Estadual para este propósito?

Sala das Comissões, em

2012

ANA RITA

Senadora da República – PT/ES

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 12
As 13:39 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário de Comissão

APROVADO EM 21/08/12

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 693/12

, DE 2012

Com fundamento no Art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requero à Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais as seguintes informações referentes à compromissos firmados durante a realização da audiência pública na cidade de Belo Horizonte-MG, no dia 27 de abril do corrente ano:

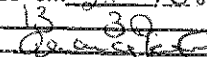
1. Conforme noticiado na audiência pública, em que fase está o Plano de Reaparelhamento de 30 delegacias do Estado?
2. Já foi incluído no Registro de Evento de Defesa Social – REDS o campo específico “violência doméstica”?
3. O Comitê interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher já foi formalizado? Qual é o plano de trabalho para o enfrentamento à violência contra a mulher?

Sala das Comissões, em

2012


ANA RITA

Senadora da República – PT/ES

Comissão de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/08/12
As 13:30 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário

Com fundamento no Art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro à Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais as seguintes informações referentes à compromissos firmados durante a realização da audiência pública na cidade de Belo Horizonte-MG, no dia 27 de abril do corrente ano:

1. Conforme noticiado na audiência pública em que fase está o Plano de Reparcelamento de 30 delegacias do Estado? Quais são as delegacias que já foram reparceladas e reequipadas? Que equipamentos lhes foram destinados?
2. Já foi incluído no Registro de Evento de Defesa Social – REDS o campo específico “violência doméstica”? Em caso afirmativo, requiro enviar cópia de um registro já com o campo especificado.
3. O Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher já foi formalizado? Qual é o plano de trabalho para o enfrentamento à violência contra a mulher para o ano de 2012 e 2013?

JUSTIFICATIVA

Na audiência pública realizada no Estado de Minas Gerais, no dia 27 de abril do corrente, a Senhora Eliana Piolo informou que o estado iria equipar e reparcelar mais 30 delegacias ainda no ano de 2012.

As delegacias da mulher são importantes equipamentos públicos de acesso à justiça e seu adequado funcionamento é fundamental para uma boa prestação da atividade policial.

O aparelhamento das delegacias e sua dotação com modernos equipamentos de informática, veículos, entre outros, é condição imprescindível para a agilidade dos procedimentos realizados nas delegacias.

Assim, tendo em vista a notícia, que foi muito bem vinda na audiência, afigura-se relevante saber o andamento do processo de aparelhamento das trinta delegacias.

Sala das Comissões, em

2012


Senadora ANA RITA
Relatora

APROVADO EM 21 / 08 / 12

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 695/12

, DE 2012

Com fundamento no Art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, tendo em vista a reunião realizada com o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no dia 27 de abril do corrente e confirmado na audiência realizada no mesmo dia, pela desembargadora Heloísa Helena de Ruiz Combat, o Tribunal de Justiça comprometeu-se a criar mais uma Vara de Violência Doméstica na Capital, com equipe de funcionários específica, requeiro ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais informações sobre a criação da Vara, bem como no tocante aos Funcionários a ela destinados e equipe multiprofissional.

JUSTIFICATIVA

Na audiência realizada no dia 27 de abril do corrente, a representante do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, na audiência realizada confirmou a disposição do presidente de criar mais uma vara especializada de violência doméstica na capital, com equipe funcional adequada.

Tivemos a boa notícia de que a Vara foi criada, no entanto, foi-nos também informado que a vara não teria servidores próprios e que os funcionários das duas varas existentes estariam acumulando as funções cartoriais da nova vara.

A confirmação pelo tribunal de justiça da criação da vara de violência doméstica com o provimento de funcionários específicos, sem prejuízo das atividades dos dois cartórios já existentes, que acumulam cada um, mais de 20 mil procedimentos, é fundamental para uma boa prestação jurisdicional.

Sem dúvida, a criação de uma nova vara de violência doméstica demonstra a boa vontade da atual administração do tribunal de justiça e que merece nosso reconhecimento. No entanto, a sua criação deve vir acompanhada de um corpo funcional e instalações físicas adequadas. É essa informação que queremos obter do tribunal de justiça do estado.

Sala das Comissões, em

2012

Senadora ANA RITA
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 12
As 13:30 horas.

Antônio Oscar Guimarães - Apoio

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 696/12

- CPMIVCM, DE 2012

APROVADO EM 21 / 08 / 12

João

Requeiro – com fulcro no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, inciso V, e 148 do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952 – a realização de oitiva da Dra. Flávia Batista Rocha, juíza responsável pelo processo referente ao caso de estupro coletivo ocorrido em 12 de fevereiro de 2012, no município de Queimadas, Estado da Paraíba, para prestar esclarecimentos perante este Colegiado sobre a tramitação do processo.

A oitiva ocorrerá na Câmara de Vereadores de Queimadas (PB), em sala a ser designada, às 16h30min do dia 13 de setembro de 2012, e será feita pela Vice-Presidente deste Colegiado, Deputada Keiko Ota, pela Relatora, Senadora Ana Rita, e pelos membros Deputado Dr. Rosinha e Deputada Nilda Gondim, com a assessoria da Sra. Carmen Hein de Campos, do Sr. José de Souza Pennafort Neto, da Sra. Adriana Miranda, do Sr. Roberto Sekia, do Sr. Paulo Emílio Xavier Vieira, do Sr. Antônio Oscar Guimarães Lóssio (Secretário), da Sra. Cleide de Oliveira Lemos (Consultora Legislativa), do Sr. Eriosvaldo Renovato (Delegado da Polícia Federal), do Sr. José Adônis Callou de Araújo Sá (Procurador da República) e da Sra. Lindinalva Rodrigues Dalla Costa (Promotora de Justiça).

JUSTIFICAÇÃO

Instituída pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2011, com a finalidade de investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação dos instrumentos legais de proteção, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não pode ignorar o bárbaro crime de estupro coletivo praticado contra cinco mulheres na cidade de Queimadas em fevereiro último, que resultou na morte de duas delas.

Por ser um caso simbólico de violência contra a mulher, que merece punição exemplar, impõe-se a esta CPMI acompanhar atentamente os trabalhos de todos os agentes públicos envolvidos no processo de apuração do crime.

Nesse sentido, é de fundamental importância ouvir a Dra. Flávia Batista Rocha, juíza responsável pelo caso, que poderá informar este Colegiado sobre o conteúdo do processo e sobre a atuação da polícia e do Ministério Público na construção do feito.

Sala da Comissão,

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/08/12
As 14:00 horas.
Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário da Comissão

João Moraes
Deputada João Moraes
Presidente

APROVADO EM 21 / 08 / 12

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 697/12

- CPMIVCM, DE 2012

Requeiro – com fulcro no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, inciso V, e 148 do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952 – a realização de oitiva da Dra. Cassandra Maria Duarte, delegada responsável pelas investigações do caso de estupro coletivo ocorrido em 12 de fevereiro de 2012, no município de Queimadas, Estado da Paraíba, para prestar esclarecimentos perante este Colegiado sobre as investigações efetuadas.

A oitiva ocorrerá na Câmara de Vereadores de Queimadas (PB), em sala a ser designada, às 14h do dia 13 de setembro de 2012, e será feita pela Vice-Presidente deste Colegiado, Deputada Keiko Ota, pela Relatora, Senadora Ana Rita, e pelos membros Deputado Dr. Rosinha e Deputada Nilda Gondim, com a assessoria da Sra. Carmen Hein de Campos, do Sr. José de Souza Pennafort Neto, da Sra. Adriana Miranda, do Sr. Roberto Sekia, do Sr. Paulo Emílio Xavier Vieira, do Sr. Antônio Oscar Guimarães Lóssio (Secretário), da Sra. Cleide de Oliveira Lemos (Consultora Legislativa), do Sr. Eriosvaldo Renovato (Delegado da Polícia Federal), do Sr. José Adônis Callou de Araújo Sá (Procurador da República) e da Sra. Lindinalva Rodrigues Dalla Costa (Promotora de Justiça).

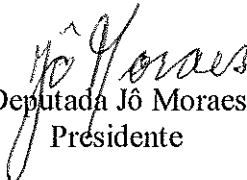
JUSTIFICAÇÃO


Instituída pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2011, com a finalidade de investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação dos instrumentos legais de proteção, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não pode ignorar o bárbaro crime de estupro coletivo praticado contra cinco mulheres na cidade de Queimadas em fevereiro último, que resultou na morte de duas delas.

Por ser um caso simbólico de violência contra a mulher, que merece punição exemplar, impõe-se a esta CPMI acompanhar atentamente os trabalhos de todos os agentes públicos envolvidos no processo de apuração do crime.

Nesse sentido, é de fundamental importância ouvir a Dra. Cassandra Maria Duarte, delegada responsável pelas investigações do caso, que poderá informar este Colegiado sobre o desenvolvimento do trabalho policial para o deslinde do crime e consequente punição dos responsáveis.

Sala da Comissão,


Deputada Jô Moraes
Presidente

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 12
As 14:00 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário de Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APROVADO EM 21 / 08 / 12

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO
DESTINADA A INVESTIGAR A SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER NO BRASIL E APURAR DENÚNCIA DE
OMISSÃO POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO À
APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS INSTITUÍDOS EM LEI PARA
PROTEGER AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.**

CPMI – VCM

**Requerimento
Nº 698/12**

Requer sejam convidados para audiência pública representantes da Comissão de Juristas com a Finalidade de Elaborar Anteprojeto de Código Penal – CJECP, constituída pelo Senado Federal.

Senhora Presidente:

Nos termos regimentais e ouvido o Plenário, requeremos a V. Exa, que sejam convidados para audiência pública desta CPMI os juristas Luiza Nagib Eluff, Tércio Lins e Silva, Luiz Flavio Gomes e Gilson Dipp, todos eles membros da Comissão que elaborou o anteprojeto do novo código penal brasileiro, com a finalidade de discutir os aspectos relacionados aos direitos da mulher e ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Sala da Comissão, em de agosto de 2012.

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21 / 08 / 12
As 19:00 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio



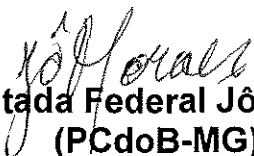
Justificativa

A iniciativa do Senado Federal de constituir uma Comissão de Juristas com a Finalidade de Elaborar Anteprojeto de Código Penal – CJECP - representou uma importante iniciativa modernizadora.

Elaborado por 15 juristas de notório conhecimento, o anteprojeto apresentado no último dia 27 de junho de 2012 irá orientar a elaboração do novo Código Penal e pretende se afirmar como um importante instrumento da cidadania contra a criminalidade.

Encarregada de verificar as causas da violência contra a mulher, notadamente as que ocorrem em razão da omissão do Estado e da ineficiência das políticas públicas, deve interessar à CPMI dialogar com os juristas que participaram da comissão para assegurar que as sugestões oferecidas no relatório final de trabalho possam também contribuir para o aperfeiçoamento do Código Penal, à luz das reflexões sobre gênero e o enfrentamento da violência contra a mulher.

O Código Penal vigente data de 1940, elaborado sob o manto de uma constituição antidemocrática, num contexto político adverso à cidadania e à pluralidade social, razão da urgência de reformulação para acompanhar as transformações sociais, tecnológicas e dos costumes que ocorreram em nosso País neste longo período.


Deputada Federal Jô Moraes
(PCdoB-MG)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APROVADO EM 21/08/12

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO
DESTINADA A INVESTIGAR A SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER NO BRASIL E APURAR DENÚNCIA DE
OMISSÃO POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO À
APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS INSTITUÍDOS EM LEI PARA
PROTEGER AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.**

CPMI – VCM

Requerimento

Nº 699/12

Requer seja aprovado Grupo de Trabalho da CPMI para a formulação do Fundo Orçamentário para o Enfrentamento da Violência contra a Mulher.

Senhora Presidente:

Nos termos regimentais e ouvido o Plenário, requeremos a V. Exa, que seja criado um Grupo de Trabalho desta CPMI com vista à criação do Fundo Orçamentário para o Enfrentamento da Violência contra a Mulher no orçamento da União.

Sala da Comissão, em agosto de 2012.

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/08/12
Às 14:00 horas.

Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário de Comissão

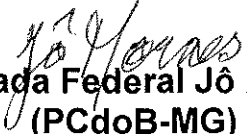


CÂMARA DOS DEPUTADOS

Justificativa

Segundo levantamento do Instituto Sangari, publicado em 2011 e recentemente atualizado com os dados do Ministério da Saúde, entre os anos de 1998 e 2008, foram assassinadas mais de 42 mil mulheres no Brasil. Passados sete anos da aprovação da Lei Maria da Penha, o nosso país ainda permanece sendo o 12º com maior taxa de homicídio de mulheres.

A violência de gênero se agrava e faltam recursos destinados ao enfrentamento da violência contra a mulher. Nas audiências realizadas nos estados repetiram-se os argumentos dos gestores relacionados à falta de verbas. Com isso, a ação do Estado não efetiva os mecanismos legais previstos em lei para o enfrentamento da violência contra a mulher sob a alegação da falta de recursos, razão da apresentação deste requerimento.


Deputada Federal Jô Moraes
(PCdoB-MG)

APROVADO EM 21/10/12

CPMI – VCM
Requerimento
Nº 700/12

, DE 2012

Com fundamento no Art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requiro a convocação do Sr. Eder Pontes da Silva, Procurador Geral de Justiça do Espírito Santo para prestar esclarecimentos a respeito da demora no oferecimento da denúncia referente à acusação de Crime de Estupro cometido pelo Deputado Estadual do Espírito Santo, Gildevan Alves Fernandes contra a Senhora Débora Cardoso.

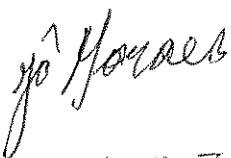
JUSTIFICATIVA

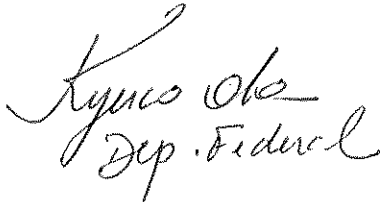
Este requerimento se faz necessário em virtude da demora no oferecimento da denúncia, bem como as oitivas a inúmeras e diligências que estão sendo deferidas indicando caráter meramente procrastinatório. Precisamos elucidar estas dúvidas que recaem sobre o processo para que, esta CPMI, possa fazer o acompanhamento do desenvolvimento do processo.


Sala das Comissões, em

2012


SENADORA ANA RITA


DEPUTADA JÔ MORAES


Dep. Federal

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/10/12
As 14:00 horas.

Antônio Oscar Guimarães, Apoio
Secretaria de Apoio

APROVADO EM 21/08/12

Jô Moraes

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 701/12

, DE 2012

Com fundamento no Art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requero a convocação do Sr. Josemar Moreira, Subprocurador Geral de Justiça do Espírito Santo para prestar esclarecimentos a respeito da demora no oferecimento da denúncia referente à acusação de Crime de Estupro cometido pelo Deputado Estadual do Espírito Santo, Gildevan Alves Fernandes contra a Senhora Débora Cardoso.

JUSTIFICATIVA

Este requerimento se faz necessário em virtude da demora no oferecimento da denúncia, bem como as oitivas a inúmeras e diligências que estão sendo deferidas indicando caráter meramente procrastinatório. Precisamos elucidar estas dúvidas que recaem sobre o processo para que, esta CPMI, possa fazer o acompanhamento do desenvolvimento do processo.

Por ser o promotor responsável pelo caso é fundamental obtermos as informações do Sr. Josemar Moreira.

Sala das Comissões, em

2012

Ana Rita
SENADORA ANA RITA

Jô Moraes
DEPUTADA JÔ MORAES

Antônio Oscar
Dep. Federal

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/08/12
As 14:00 horas.
Antônio Oscar
Antônio Oscar
Secretário

REQUERIMENTO Nº

CPMI – VCM

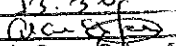
Requerimento
Nº 702/12

APROVADO EM 21.08.12

Requeiro – com fulcro no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952 – a realização de diligência ao município de Queimadas, Estado da Paraíba, no dia 13 de setembro de 2012, para colher informações *in loco* sobre o caso do estupro coletivo ocorrido em 12 de fevereiro de 2012, que vitimou cinco mulheres e resultou na morte de duas delas, e para verificar as condições de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social e da unidade de Saúde da Família, equipamentos do município que devem atender às mulheres em situação de violência.

Sala da Comissão,


Senadora Ana Rita
Relatora

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/08/2012
As 13:30 horas

Antônio Oscar

REQUERIMENTO Nº

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 703/12

APROVADO EM 21/08/12

Requeiro – com fulcro no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, inciso V, e 148 do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952 – a realização de oitiva da Dr. Márcio Teixeira, promotor de justiça responsável pelo caso de estupro coletivo ocorrido em 12 de fevereiro de 2012, no município de Queimadas, Estado da Paraíba, para prestar esclarecimentos perante este Colegiado sobre o caso.

A oitiva ocorrerá na Câmara de Vereadores de Queimadas (PB), em sala a ser designada, às 15h15min do dia 13 de setembro de 2012, e será feita pela Vice-Presidente deste Colegiado, Deputada Keiko Ota, pela Relatora, Senadora Ana Rita, e pelos membros Deputado Dr. Rosinha e Deputada Nilda Gondim, com a assessoria da Sra. Carmen Hein de Campos, do Sr. José de Souza Pennafort Neto, da Sra. Adriana Miranda, do Sr. Roberto Sekia, do Sr. Paulo Emílio Xavier Vieira, do Sr. Antônio Oscar Guimarães Lóssio (Secretário), da Sra. Cleide de Oliveira Lemos (Consultora Legislativa), do Sr. Eriosvaldo Renovato (Delegado da Polícia Federal), do Sr. José Adônis Callou de Araújo Sá (Procurador da República) e da Sra. Lindinalva Rodrigues Dalla Costa (Promotora de Justiça).

JUSTIFICAÇÃO

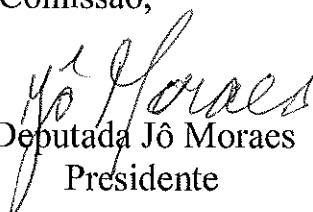
Instituída pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2011, com a finalidade de investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação dos instrumentos legais de proteção, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não pode ignorar o bárbaro crime de estupro coletivo praticado contra cinco mulheres na cidade de Queimadas em fevereiro último, que resultou na morte de duas delas.

Por ser um caso simbólico de violência contra a mulher, que merece punição exemplar, impõe-se a esta CPMI acompanhar atentamente os trabalhos de todos os agentes públicos envolvidos no processo de apuração do crime.

Secretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/08/12
As 14:07 horas.
Antônio Oscar Guimarães Lóssio
Secretário

Nesse sentido, é de fundamental importância ouvir o Dr. Márcio Teixeira, promotor responsável pelo caso, que poderá informar este Colegiado sobre a atuação da polícia no deslinde do crime e sobre eventuais percalços encontrados pelo Ministério Público para processar e punir os autores do estupro coletivo e do duplo homicídio.

Sala da Comissão,


Deputada Jô Moraes
Presidente

APROVADO EM 21/10/2012

José

CPMI – VCM

Requerimento
Nº 704/12

, DE 2012

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requero ao Governador do Estado de Alagoas informações e cópias do Programa Brasil Mais Seguro, que é fruto de uma parceria com o Ministério da Justiça, conforme foi informado pelo Senhor Governador a esta CPMI durante a visita ao Estado de Alagoas, momento em que foi firmado o compromisso com a CPMI de que o referido Projeto conteria um capítulo destinado ao enfrentamento à violência contra mulheres.

Sala das Sessões, em

2012



ANA RITA

Senadora da República PT/ES

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 21/10/2012
As 13:30 horas.
Antonio Oscar Góes
Antonio Oscar Góes Lúcio
Diretor de Apoio às Comissões